

NOTA

Normas, regulamentos, despachos e pareceres teimam em não facilitar a vida aos produtores em Portugal. O sector é o que é, e está como está, mas os empatas e burocratas teimam em não perder o seu território e domínio. Tomar decisões em Portugal continua a ser tarefa delicada, ninguém quer ter responsabilidades e vão passando de uns para os outros e a cadeia continua a ser alimentada como se de gente imprescindível e necessária se tratasse.

Urge tomar decisões e clarificar a turbulência das águas, ao Estado o que lhe compete (legislar, controlar e zelar pelo cumprimento das regras), e às organizações a aplicação das medidas no terreno, junto dos agricultores e o acompanhamento técnico, outras matérias existem em que é o Estado que assume as responsabilidades mas deve ouvir previamente os intervenientes e representantes no sector para decidir.

A aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos e os seus normativos foi e é, um grande problema para todos os intervenientes do processo (Produtores, Indústria e Ministério) como que ao longo dos tempos num jogo de empurra e interesses mais ou menos complexos. A constituição do GTPRODI – Grupo de Trabalho em Produção Integrada em que todos fizeram parte, foi um excelente exemplo de como as coisas mais complexas podem ter resoluções simples e céleres se todos reunidos à volta dos principais problemas.

Este é um excelente exemplo a ter em linha de conta por toda a administração.

Direcção da AJAP

O “AJAP Objectiva” é um Boletim Informativo elaborado pelo Departamento de Comunicação da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Para mais informações:
comunicacao@ajap.pt

DESTAQUES

NORMAS TÉCNICAS DA PRODUÇÃO INTEGRADA DE POMÓIDEAS E PRUNÓIDEAS

A 24 de Abril de 2010 constituía-se o GTPRODI - Grupo de Trabalho em Produção Integrada em pomóideas e prunóideas. Cessava então um longo período em que a elaboração das normas deste modo de produção era da exclusiva responsabilidade da DGADR.

O grupo foi composto por elementos do Ministério da Agricultura, da Indústria de Produtos Fitofarmacêuticos e da Produção.

O serviços oficiais do Ministério estiveram representados por três entidades: a DGADR, que assumiu a coordenação dos trabalhos; as zonas agrárias (no caso, a DRAP Centro, por ter grande representatividade de produtores destas famílias de culturas) e o INRB.

A Indústria nomeou um representante da ANIPLA.

Da Produção participaram as Confederações de produtores - AJAP, CAP, CNA e CONFAGRI.

O início dos trabalhos deu-se a 24 de Maio de 2010, tendo sido delineada uma calendarização mensal para as reuniões.

A Produção organizou-se de forma a contactar o maior número de técnicos, a quem foram solicitados contributos ao longo de todo o processo. Aqueles que acederam ao apelo foram divididos em grupos de trabalho de acordo com as áreas temáticas nas quais detinham mais interesse. Para cada capítulo foi escolhido um coordenador, responsável pela compilação de sugestões, pela recolha de pareceres de especialistas nas diferentes matérias, nomeadamente em universidades e em instituições ligadas à elaboração das normas PI em países do sul da Europa e pela convocação de reuniões (que ocorreram com uma cadência impressionante, face à disponibilidade limitada dos técnicos, muitas das vezes fora do horário laboral). O subgrupo da fitossanidade teve necessidade de promover reuniões unilaterais com a ANIPLA e com a DGADR para esclarecimento de questões vitais para a prossecução dos trabalhos.

A AJAP congratula-se com o entusiasmo de todos os elementos que participaram neste processo, com a troca de opiniões e conhecimento e com o facto de se ter alcançado o objectivo final comum, que julgo se aproxima mais dos interesses dos produtores e de todo o sector, apesar do grau de exigência se ter mantido ou aumentado.

Saliento o empenho e o desempenho das confederações, de algumas organizações de produtores e de muitos técnicos a título individual, nomeadamente com a elaboração de propostas de revisão das normas anteriores, baseadas em levantamentos exaustivos de dados e na experiência técnica que o contacto regular e directo com os fruticultores e os seus pomares garante.

Como resultado, sublinho a obtenção de um normativo-resumo sob a forma de grelha, com obrigações, recomendações, proibições e restrições, de fácil consulta e compreensão (com alterações importantes na fertilização permitida e nos níveis económicos de ataque dos inimigos das culturas, entre outros).

Prevê-se que a actualização deste documento seja anual (embora as listas de produtos fitofarmacêuticos sejam actualizadas pela DGADR com uma periodicidade menor e apresentadas no seu sítio da internet).

O manual PI que complementa o normativo será elaborado pelos serviços oficiais mas sem carácter vinculativo.

O culminar de um ano de trabalhos deu-se com a aprovação das normas técnicas de Produção Integrada para a cultura das pomóideas e prunóideas, no 5º Conselho Nacional de Protecção da Produção Vegetal, em Maio de 2011, em Oeiras.

A AJAP orgulha-se de ter dado o seu contributo nesta parceria pioneira no nosso país.

**Propriedade, Redacção e Edição:**

AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa

Tel: 213 244 970 | Fax: 213 431 490

EVENTOS**III Feira Agrícola do Leite
– AGROLEITE
Câmara Municipal da Póvoa
do Varzim**

Data: 3 a 6 de Agosto de 2011

Local: S. Pedro de Rates

<http://www.cm-pvarzim.pt/groups/staff/conteudo/noticias/iii-feira-agricola-do-leite-2013-agroleite/>**EXPOSERRA – Feira
de Actividades Económicas
de Gouveia
Autoridade Florestal Nacional**

Data: 12 a 15 de Agosto de 2011

Local: Gouveia

<http://www.cm-gouveia.pt/vivergouveia/acontece-por-ca/Paginas/exposerra.aspx>**Fatacil 2011
FATASUL - Feiras e Exposições
do Sul**

Data: 19 a 28 de Agosto de 2011

Local: Parque Municipal de Ferias e

Exposições de Lagoa

<http://www.fatacil.pt/>**II Edição do Mercado Biológico
e Produtos Locais
Associação Agro-Florestal
das Terras Barroso**

Data: 20 e 21 de Agosto de 2011

Local: Torrão da Veiga Salto - Montalegre

Contacto: brigidamarisa@gmail.com ou<http://naturlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=28&cid=38827&bl=1>**Forstmesse
Floresta**

Data: 18 a 21 de Agosto de 2011

Local: Birmenstorf, Suíça

<http://www.fachmessen.ch/cms.asp>**ESTUDANTES
DO ENSINO SUPERIOR**

Para receber a AJAP Objectiva e a Revista Jovens Agricultores apenas têm que fazer prova de matrícula num estabelecimento de Ensino Superior da área agrícola, junto da AJAP.

A PROTECÇÃO INTEGRADA

Actualmente em Portugal, para diversas culturas existe já larga experiência na aplicação da protecção integrada por parte de agricultores e técnicos. Lamentavelmente, nos últimos anos, verificou-se a estagnação ou mesmo redução de área de protecção integrada em várias culturas. Esta inversão no desenvolvimento da área de protecção integrada poderá dever-se a diversos factores nomeadamente às normas existentes, falta de técnicos para apoio especializado e à incapacidade de valorização dos produtos agrícolas certificados em protecção integrada.



No entanto, a curto prazo, será obrigatória a aplicação da protecção integrada em todas as culturas a partir de 2014, de acordo com a legislação europeia do Uso Sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (Dir. 128/2009). Assim, torna-se necessário preparar todo o sector agrícola para esta mudança, devendo cada um dos intervenientes (Organismos Oficiais, Organizações de Agricultores e Indústria de Protecção de Plantas) dar o seu contributo para encontrar a melhor solução para Portugal e para a produção nacional.

Recentemente, na elaboração das regras de produção integrada de pomóideas e prunóideas usou-se uma nova metodologia tendo sido permitida a participação dos representantes das Confederações de Agricultores e da Anipla num amplo debate com a DGADR, INRB e representantes das Dir. Regionais. Este modelo é desde há muito utilizado em diversos países europeus, pois pretende-se que as regras de protecção ou produção integrada permitam o desenvolvimento da actividade agrícola, sendo por isso imprescindível o contributo das entidades fora da esfera dos Organismos oficiais. Esta experiência deverá ser repetida na elaboração de regras para outras culturas, atendendo às alterações substanciais que foram introduzidas nos documentos elaborados.

Também, no que respeita aos critérios de selecção dos produtos fitofarmacêuticos permitidos em protecção integrada é necessário introduzir algumas adaptações. Com o processo de reavaliação dos Produtos Fitofarmacêuticos a nível europeu, têm-se verificado alterações importantes no perfil ecotoxicológico e ambiental dos produtos homologados para a produção. O número de produtos no mercado tem diminuído enquanto as restrições de aplicação têm aumentado consideravelmente, procurando desta forma reduzir-se o risco associado ao uso dos produtos. Assim, com a implementação em 2014 da Directiva do Uso Sustentável dos produtos fitofarmacêuticos, tornando obrigatória a prática da protecção integrada, todos os produtos homologados devem ser permitidos em protecção integrada. A decisão de aplicação de um produto fitofarmacêutico homologado deve ser da responsabilidade do agricultor e/ou técnico em função da estimativa do risco efectuada na cultura. A existência de critérios adicionais ao processo de homologação para a elaboração das listas de protecção integrada só desfavorece a competitividade da agricultura nacional, pois em alguns países do Sul da Europa todos os produtos homologados são permitidos em protecção integrada.

Josué Clemente

Coordenador da Comissão de Protecção Integrada da ANIPLA